

XIV Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação (ENANCIB 2013)
GT 10: Informação e Memória

Comunicação Oral

O RUMOR DOS OBJETOS¹

Carlos Xavier de Azevedo Netto – UFPB

Maria Lucia Niemeyer Matheus Loureiro - Museu de Astronomia e Ciências Afins

Jose Mauro Matheus Loureiro – UNIRIO

Resumo

O trabalho apresenta uma abordagem interdisciplinar às noções de objeto / artefato / materialidade, ressaltando sua importância nos estudos sobre memória e informação. Traça um panorama sobre a questão do objeto, apresentando perspectivas dos Estudos de Cultura Material e dos filósofos da Comunicação. Sublinhando a oposição entre sujeito e objeto, palavra e coisa, material e imaterial que caracterizam as abordagens ao objeto, reflete sobre a questão: “os objetos falam?”.

Palavras-chave: Objeto. Artefato. Materialidade. Cultura Material. Memória.

THE WHISPERING OF OBJECTS

Abstract

The paper presents an interdisciplinary approach to the notions of object / artifact / materiality, highlighting their importance to the studies on memory and information. Provides an overview on the issue of the object, presenting perspectives of Material Culture Studies and philosophers of Communication. Stressing the opposition between subject and object, word and thing, material and immaterial that characterize the object approaches, reflects on the question: "do objects speak?".

Keywords: Object. Artifact. Materiality. Material Culture. Memory.

1 INTRODUÇÃO

Reconhecido como documento na primeira metade do século 20 por historiadores da Escola dos Annales e pioneiros do Movimento da Documentação, o objeto é, ainda hoje, tema insuficientemente explorado pela Ciência da Informação. Em parte, esse fato se deve ao caráter verbal dos sistemas de recuperação de informações, o que faz emergir a oposição entre entidades verbais e não-verbais (ou entre palavras e coisas). Essa oposição, presente em diferentes disciplinas, de certa forma se entrelaça com as oposições sujeito / objeto e material / imaterial.

Enquanto elementos da materialização da cultura, objetos estabelecem estreitas relações com os fenômenos memoriais e identitários (cf. AZEVEDO NETTO, 2005). Essas

¹ Para o desenvolvimento deste trabalho, os autores receberam o apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.

relações não são, entretanto, suficientemente exploradas e analisadas. Alan Radley (1990, p. 54, 57) acusa o interesse marginal pelo papel do mundo material nos estudos sobre memória, ressaltando o caráter duradouro e constante dos objetos, o que lhes permite “permanecer, por vezes relativamente inalterados, através dos vários períodos da vida das pessoas, de tal forma que podem re-invocar os contextos dos quais fizeram parte”. Para o autor, “lembrar é alguma coisa que ocorre em um mundo de coisas, assim como de palavras, e os artefatos desempenham um papel central nas memórias das culturas e indivíduos”.

Este texto aborda, assim, os objetos como materiais de memória, enfatizando sua importância como registros ativos de significados simbólicos, e não como universos inertes e destituídos de vida. Os homens imprimem suas marcas nos objetos que, por se constituírem vestígios da ação humana e sobreviverem a seus criadores, são capazes de ancorar memórias, fazer lembrar, comunicar e transmitir mensagens. Tais mensagens podem ser permanentes ou transitórias, intencionais (como lápides) ou involuntárias (como os objetos de uso cotidiano).

2 OBJETO, MERCADORIA, FETICHE

A questão do objeto é frequentemente atravessada pela noção de fetiche. Rafael Cardoso Denis (1998, p. 25, grifo do autor) destaca “uma certa ironia” na etimologia da palavra fetiche: seu uso em português seria “uma adaptação do vocábulo francês *fétiche*, cuja origem remonta, por sua vez, a uma transposição da palavra portuguesa feitiço”. Em sua acepção mais antiga, o fetichismo “refere-se ao culto aos fetiches, ou seja, à adoração de objetos animados ou inanimados aos quais se atribui poderes sobrenaturais”. De acordo com Peter Stalybrass, o conceito de fetiche teria sido desenvolvido para:

[...] demonizar o poder de objetos estranhos que eram carregados no corpo (através da associação do feitiço com a arte da feitiçaria européia). E ele emergiu no momento em que o sujeito europeu subjugava e escravizava outros sujeitos e, simultaneamente, proclamava sua própria independência relativamente aos objetos materiais. (STALYBRASS, 2008, p. 44)

Em sua obra “O Capital”, Karl Marx associa a noção de fetiche à de mercadoria, e afirma que “os homens vivem [...] num mundo de mercadorias, um mundo de fetiches”. Por serem dotadas de valor de uso e de troca, as mercadorias teriam uma natureza dupla. Esse argumento é ilustrado por um objeto - um casaco - que incorpora materialidade e atividade produtiva, ou seja, trabalho útil. O valor de uso é determinado pelo fato de que o objeto “satisfaz a uma necessidade específica”. Entretanto, como “casaco não se troca por casaco, o

mesmo valor de uso pelo mesmo valor de uso”, ele tem também valor de troca. (MARX, 1996, p. 34, 171)

Em um livro intitulado “O Casaco de Marx: roupas, memória, dor”, Stalybrass (2008, p. 14) reflete sobre as relações entre pessoas e os objetos nos quais imprimem suas marcas, em particular a roupa, que seria “um tipo de memória”. A obra toma como exemplo o casaco do próprio Marx, ressaltando em sua trajetória as idas e vindas a lojas de penhores (ou seja, a transformação do casaco em mercadoria e vice-versa).

Apesar de estar “poderosamente associada com a memória”, adverte que a coisa material é com frequência considerada como:

[...] o mau fetiche que o adulto deixará para trás como uma coisa infantil, a fim de perseguir a vida da mente. Como se a consciência e a memória dissessem respeito a mentes e não a coisas, ou como se o real pudesse residir apenas na pureza das idéias e não na impureza permeada do material. (STALYBRASS, 2008, p. 30)

O autor sublinha que o “fetichismo da mercadoria” era, para Marx, uma distorção do fetiche do objeto. A crítica de Marx seria, pois, não dirigido ao “fetichismo como tal”, mas sim a “uma forma específica de fetichismo que tomava como seu objeto não o objeto animado do amor e do trabalho humanos, mas o não-objeto esvaziado que era o local de troca”. (STALLYBRASS, 2008, p. 46)

De acordo com Igor Kopytoff, a transformação de alguma coisa em mercadoria homogeneiza o valor, prática que considera anticultural, uma vez que a essência da cultura é a singularização:

[...] a cultura assegura que algumas coisas permaneçam inequivocamente singulares, resiste à mercantilização de outras e, algumas vezes, ressingulariza o que foi mercantilizado. (...) Em cada sociedade, há coisas que são publicamente impedidas de ser mercantilizadas. [...] Isso se aplica àquilo que se considera como o inventário simbólico de uma sociedade: terras públicas, monumentos, coleções de arte do Estado, a parafernália do poder político, residências reais, insígnias, objetos rituais e assim por diante. O poder frequentemente se afirma simbolicamente precisamente na sustentação do direito de singularizar um objeto, ou um conjunto ou classe de objetos. (KOPYTOFF, 1986, p. 73, tradução nossa)

Ressaltando que “o deslocamento de objetos de um contexto para o outro não é sempre contingente, mas por vezes deliberado”, Radley afirma que o processo de singularização de que nos fala Kopytoff liga-se a relações de poder na sociedade que determinam “o que deve ser removido da esfera de troca” e “declarado significativo (e permanente)”. (RADLEY, 1990, p. 52-53)

3 REFLETINDO SOBRE A CULTURA MATERIAL

Como adverte Susan Pearce (1994, p. 125), “objetos incorporam informação única sobre a natureza do homem na sociedade”. Julgamos que a Ciência da Informação pode e deve contribuir para um debate que vem sendo conduzido principalmente pelos estudiosos da Cultura Material.

De acordo com Daniel Miller (1998, p. 3, 5), a fase inicial dos estudos de cultura material foi caracterizada pela afirmativa enfática de que colocar o foco nas coisas não implica necessariamente em fetichizá-las, uma vez que as coisas materiais “não são superestruturas separadas do mundo social”, e que este é constituído **também** por materialidade. Essa ênfase era motivada pelo receio de alguns autores de que os ideais da análise social fossem “usurpados pela análise do artefato”, obstruindo o estudo da vida cultural - objetivo declarado dos estudiosos da cultura material.

Ian Woodward (2007, p. 3) define objetos como as coisas materiais que usamos e com as quais interagimos. O uso do termo “cultura material” para se referir aos objetos enfatizaria o modo como “coisas aparentemente inanimadas” que nos envolvem agem sobre as pessoas e sofrem ações delas no desempenho de funções sociais, na regulação de relações sociais e na atribuição de “sentido simbólico à atividade humana”. Quanto aos “estudos de cultura material”, trata-se de uma nomenclatura recente que integra “diferentes pesquisas acadêmicas sobre usos e significados de objetos”, oferecendo um “ponto de vista multidisciplinar sobre relações homem-objeto”.

Thomas Schlereth (1999, p. 2-3, tradução nossa) define os Estudos de Cultura Material como o estudo por meio de artefatos ou outras evidências consideradas pertinentes. Tais estudos baseiam-se na constatação de que o artefato é “a evidência concreta da presença de uma mente humana em funcionamento”, e no pressuposto de que tais objetos refletem, conscientemente ou não “os padrões de crença dos indivíduos que os fabricaram, encomendaram, compraram ou usaram, e, por extensão, os padrões de crença da sociedade da qual fazem parte”. Para o autor, o adjetivo “material” refere-se a uma extensa gama de objetos designados como “artefatos”, ou seja, “objetos feitos ou modificados por humanos”. Embora

alguns teóricos excluem da categoria “objetos naturais como árvores, pedras, fósseis ou esqueletos”, Schlereth defende sua inclusão, desde que evidenciem “um padrão que sugira atividade humana”.

Essa posição é partilhada por James Deetz (1996, p. 32, 35, tradução nossa), que define cultura material como o “segmento do mundo físico do homem que é intencionalmente moldado por ele de acordo com um plano culturalmente ditado”, e que compreende “um vasto universo de objetos usados pela espécie humana para lidar com o mundo físico, facilitar a interação social e beneficiar nosso estado mental”.

A Arqueologia é um dos campos disciplinares em que florescem os estudos de Cultura Material. Nos compêndios tradicionais da disciplina postula-se que seu objeto de estudo são os artefatos produzidos e utilizados pelo homem em um passado, próximo ou remoto. Para Robert Dunnell (2007), a arqueologia é a ciência dos objetos, que são vistos como resultados da ação dos grupos humanos. Sob essa perspectiva, tais “restos” permitiriam ao arqueólogo fazer inferências sobre o comportamento de grupos humanos, sobre relações entre pessoas e destas com o ambiente. Impregnados de aspectos simbólicos, os “registros arqueológicos”² podem ser abordados como estruturas semióticas, o que implica em uma postura semiótica (cf. GEERTZ, 1978) dos fenômenos culturais.³

Embora algumas correntes teóricas tenham tentado reconhecer significados nos registros arqueológicos, chegando a uma aproximação linguística do fenômeno (LEROI-GOURHAN, 1983, 1985) ou mesmo sua “leitura” (HODDER, 1994), encontramos na Semiótica de Charles S. Peirce (1977) uma alternativa de abordagem ao signo que escapa da simples relação entre significante e significado, insuficiente para dar conta do fenômeno⁴. A partir dessa perspectiva, objetos/artefatos (e demais registros arqueológicos) são entendidos como sistemas mediados e interpretados por diferentes marcos conceituais, seja da cultura produtora, seja da cultura observadora, e sua interpretação pode ocorrer em qualquer

2 A expressão “registro arqueológico” aplica-se à existência e relação entre os artefatos, biofatos e ecofatos, como resultado da intervenção do homem, em seu processo ocupacional, em um determinado espaço, durante determinado tempo. (FUNARI, 2003)

3 Clifford Geertz propõe a cultura como fenômeno semiótico a partir da noção de teias de significação que os atributos culturais realizam em si mesmos e com outros. A cultura se dá, assim, em uma dimensão simbólica da vida humana, por mais materialidade que exponha.

⁴ Charles Sandres Peirce é um filósofo pragmático que, na segunda metade do século XIX e início do XX, elaborou uma teoria geral dos signos, como forma de abordagem da lógica. Embora anterior a Saussure, sua Semiótica vai ser “descoberta” posteriormente. Diferentes da abordagem dualista, Peirce propõe uma concepção triádica do signo, na qual o significado passa a ser um constructo do signo e não um de seus formadores, o que possibilita uma ampliação de sua aplicação a distintos fenômenos humanos.

momento em que representação, autor e objeto mesclam-se em uma única entidade, o signo. Essa mescla se dá de forma intencional ou acidental, fruto da dinâmica cotidiana dos grupos culturais detentores de um determinado conjunto de objetos (cf. WEBMOOR, 2005).

4 OBJETO E COMUNICAÇÃO⁵

Em seu livro “Senhas”, Jean Baudrillard (2001, p. 9-10) expõe seu interesse pela questão do objeto como seu “horizonte de reflexão” e uma alternativa à “problemática do sujeito”. A reflexão sobre o objeto vem à tona na década de 1960 com “a passagem do primado da produção ao do consumo”. Os objetos remeteriam, para o autor, a um mundo de signos onde escapariam de seu “valor de uso”.

Parecia-me que o objeto era como que dotado de paixão, ou que ele podia pelo menos, ter vida própria, sair da passividade de seu uso para adquirir uma espécie de autonomia e talvez até vingar-se de um sujeito demasiado seguro de dominá-lo. **Os objetos foram sempre considerados um universo inerte e mudo, do qual dispomos a pretexto de que fomos nós que o produzimos.** Mas, a meu ver, esse mesmo universo tem algo a dizer, algo que ultrapassa seu uso. Ele entrava no reino do signo, em que nada se passa de maneira tão simples, porque o signo é sempre o eclipse da coisa. (BAUDRILLARD, 2001, p. 10-11, grifo nosso)

Para além do que Baudrillard (2006) chama sistema funcional ou “discurso objetivo”, existiria um sistema não-funcional ou “discurso subjetivo”. Trata-se de um “sistema marginal” em que um objeto é abstraído de sua função e se torna posse.

Se utilizo o refrigerador com o fim de refrigeração, trata-se de uma mediação prática: não se trata de um objeto, mas de um refrigerador. Nesta medida não o possuo. A posse jamais é a de um utensílio, pois este me devolve ao mundo, é sempre a de um *objeto abstraído de sua função e relacionado ao indivíduo*. (BAUDRILLARD, 2006, p. 94, grifo do autor)

“Ser utilizado” e “ser possuído” seriam, assim, duas funções opostas de um objeto. O que Baudrillard (2006, p. 94) chama “objeto puro” jamais se destina a uma mediação prática.

⁵ O termo comunicação é usado como título do tópico para se referir não à disciplina “Comunicação”, mas sim ao ato ou efeito de comunicar.

Privado de sua função, o objeto se torna objeto de coleção: “Cessa de ser tapete, mesa, bússola ou bibelô para se tornar ‘objeto’”.

Cada objeto está a meio caminho entre uma especificidade prática, sua função, que é como seu discurso manifesto, e a absorção em uma série-coleção, onde se torna termo de um discurso latente, repetitivo, o mais elementar e o mais tenaz dos discursos. (BAUDRILLARD, 2006, p. 101)

Como adverte Abraham Moles (1972, p. 9), “o objeto é um dos elementos essenciais que nos cercam” e “um dos dados primários do contato do indivíduo com o mundo”.

A civilização industrial do Ocidente é caracterizada, entre outros dados, pela fabricação dos elementos que nos cercam. Cria um envoltório artificial do homem que chama *cultura*, povoado de palavras, de formas e de objetos, onde é possível distinguir:

- Um mundo de *signos*;
- Um mundo de *situações*;
- Um mundo de *objetos*. (MOLES, 1972, p. 9-10, grifos do autor)

O autor distingue vários aspectos da relação objeto-comunicação: como “portador de forma”, o objeto é sensível aos olhos e ao tato. Sua função no contato entre os homens, por sua vez, remete a uma “cultura de objetos”, e, portanto, à “ampliação da noção de cultura”, que não se restringe “às imagens, aos sons e aos textos, sepultos nas bibliotecas, nos museus e nas discotecas”, mas inclui também “os supermercados, os armazéns, os entrepostos, as galerias de moda”. O objeto pode ainda ser oportunidade de contato interindividual - pois, “em vez de mandar um telegrama, pode-se enviar uma jóia, condutora de mensagens funcionais e simbólicas” – ou de contato humano: o ato de comprar coisas implica em uma relação, mesmo que momentânea, entre indivíduos. Tomados no coletivo, por fim, os objetos remetem “à idéia de coleção, de arranjo, de série, de exibição (display), ou de combinação”. (MOLES, 1972, p. 11-13)

Segundo Klaus Roth, o livro “Silent Language”, de Edward Hall, teria contribuído para lançar os fundamentos da disciplina “Comunicação Intercultural”, ao destacar a estreita relação entre o mundo material e a linguagem e atribuir relevância a interações culturais frequentemente desprezadas pelos estudos “interculturalistas”. Afirmando que tal desprezo deve-se não apenas a tradições das disciplinas envolvidas, mas também à falsa crença no caráter universal da linguagem das coisas, Roth ressalta o papel significativo da cultura material “tanto no macro-contexto dos povos como no micro-nível das interações

interculturais”, advertindo para o fato de que “quase todas as definições antropológicas de ‘cultura’ incluem explicitamente artefatos materiais” e também que “valores, atitudes e normas são tornadas visíveis apenas através de suas manifestações em artefatos e em seus usos”. (ROTH, 2001, p. 563, 565)

Artefatos, para Roth (2001, p. 566-568) são “produtos de transações e processos de comunicação complexos” que, uma vez produzidos, desencadeiam e influenciam outros processos comunicativos. A relação entre cultura material e comunicação intercultural, por sua vez, resultaria do “simples fato de que a cultura material é um tema cotidiano de comunicação intercultural” e, como “contexto material”. Este seria “não apenas produzido e moldado por humanos mas, como um ambiente quasi-natural, afeta diretamente suas vidas” - envolve todo e qualquer ato de comunicação.

Todo e qualquer artefato, ressalta Roth (2001, p. 570-573, tradução nossa), pode tornar-se símbolo, ser “carregado de emoções” e criar laços entre pessoas. Enquanto seu uso objetivo estabelece uma “relação direta entre pessoas e objetos”, seu uso simbólico implica em uma “relação comunicativa entre dois ou mais seres humanos”. Por milhares de anos, povos comunicaram-se por meio de trocas de bens, o que teria resultado em influência mútua direta ou indireta e, conseqüentemente, no aumento do interesse pelo estudo das relações entre “humanos como seres culturais” e os artefatos que produz.

5 SUJEITO E OBJETO, PALAVRA E COISA, MATERIAL E IMATERIAL

Da questão do objeto (ou da materialidade) emergem oposições que colocam, de um lado, o material (a coisa, o objeto) e, de outro, o imaterial (a palavra, o sujeito). Bruno Latour rejeita as dicotomias próprias da Ciência Moderna - como natureza e cultura, sujeito e objeto, material e imaterial, ressaltando que todas derivam de “um único preconceito” que trata de forma diferente dois lados de uma “fronteira tão artificial como a que separa a França da Valônia”. (LATOUR, 1985, tradução nossa)

A questão do imaterial (ou do intangível) emergiu contemporaneamente no campo do Patrimônio. José Reginaldo Gonçalves (2005, p. 20-21) afirma que a nova categoria serviria “para designar aquelas modalidades de patrimônio que escapariam de uma definição convencional limitada a monumentos, prédios, espaços urbanos, objetos, etc”. Manifesta, entretanto, espanto quanto ao uso da expressão “para classificar bens tão tangíveis e materiais quanto lugares, festas, espetáculos e alimentos”. A categoria “patrimônio intangível” torna-se um debate de âmbito internacional sobretudo a partir da UNESCO que, desde a Segunda Guerra Mundial, vem apoiando iniciativas relacionadas ao patrimônio mundial. Bárbara

Kirshenblatt-Gimblett (2004, p. 52) observa que, “embora haja três listas separadas, há uma consciência crescente da arbitrariedade das categorias e de sua inter-relação”.

Em um artigo clássico em que aborda a vida social das coisas (em particular as mercadorias), Arjun Appadurai (1986, p. 4) nota a forte tendência do pensamento contemporâneo ocidental para opor pessoas e coisas. O “mundo das coisas”, segundo o autor, seria visto como “inerte e mudo, posto em movimento e animado, certamente conhecível, apenas por pessoas e suas palavras”. Como observa Appadurai (1986, p. 5), ainda que sejamos condicionados pela idéia de que as coisas “não têm outros significados além daqueles que as negociações, atribuições e motivações humanas lhes conferem, (...) essa verdade formal não ilumina a circulação concreta e histórica das coisas”. Para isso, segundo o autor, é necessário:

[...] seguir as próprias coisas, pois seus significados são inscritos em suas formas, seus usos, suas trajetórias. É apenas através da análise dessas trajetórias que podemos interpretar as ações humanas que animam as coisas. Assim, embora de um ponto de vista *teórico* os atores humanos codifiquem coisas a significados, de um ponto *metodológico* são as coisas-em-movimento que iluminam seu contexto social e humano. Nenhuma análise social das coisas (seja o analista um economista, um historiador da arte ou um antropólogo) pode evitar um nível mínimo do que pode ser chamado fetichismo metodológico. Esse fetichismo metodológico, voltando nossa atenção para as próprias coisas, é em parte um corretivo para a tendência a sociologizar excessivamente as relações com as coisas [...].
(APPADURAI, 1986, p. 5, tradução nossa)

Em um trabalho publicado vinte anos depois, o autor reafirmaria seu engajamento com o conceito que cunhara em 1986, acrescentando que pessoas e coisas “não são categorias radicalmente distintas”, e que as negociações que cercam as coisas são impregnadas de relações sociais. Para o autor,

[...] todas as coisas são momentos congelados em uma longa trajetória social. Todas as coisas são breves depósitos desta ou daquela propriedade, fotografias que ocultam a realidade do movimento do qual sua condição de objeto é uma pausa momentânea.
(APPADURAI, 2006, p. 15, tradução nossa)

Segundo Kopytoff, a polarização entre objetos como “universo cultural das mercadorias” e pessoas como “universo cultural da singularização” é um lugar comum no pensamento Ocidental.

Essa polaridade conceitual de pessoas individualizadas e coisas comercializadas é recente e, culturalmente falando, excepcional. Pessoas podem e foram comercializadas frequentemente, em inúmeras sociedades através da história, através da instituição disseminada conhecida pelo termo geral “escravidão”. (KOPYTOFF, 1986, p 64, tradução nossa)

Para escapar a essa polarização o autor propõe abordar as coisas pelo método biográfico, similar ao utilizado para biografar pessoas, acrescentando que podemos dirigir às coisas perguntas semelhantes às que dirigiríamos às pessoas:

De onde a coisa vem e quem a fez? Qual tem sido sua trajetória até o momento, e o que seria considerada a trajetória ideal para coisas do mesmo tipo? Quais as “eras” ou períodos reconhecidos na “vida” da coisa, e quais são seus marcadores culturais? Como o uso da coisa muda no tempo, e o que acontece com ela quando atinge o fim de sua utilidade? (KOPYTOFF, 1986, p 66-67, tradução nossa)

Susan Pearce destaca igualmente esse caráter objetivo da relação dos artefatos com o homem, assim como o fato de terem uma “realidade externa”, que permite vislumbrar não só a diversidade do mundo material, mas também as propriedades de artefatos considerados individualmente. Essa disponibilidade do artefato para análise e interpretação torna possível perceber seu papel social - ou, como afirma a autora, permite “perguntar *como, o que, quando, onde, por quem e por que* a cada artefato, e obter interessantes respostas”. (PEARCE, 1994, p. 126, tradução nossa, grifos da autora)

Assim como as pessoas, que podem ter muitas biografias (profissional, familiar, política etc.), as biografias das coisas são sempre parciais: elas podem ser abordadas do ponto de vista econômico, técnico, social etc., resultando em diferentes biografias, que podem ser “culturalmente informadas” ou não:

O que torna uma biografia cultural não é aquilo com o que ela lida, mas como e a partir de qual perspectiva. Uma biografia econômica culturalmente informada de um objeto o aborda como uma entidade culturalmente construída, dotada de sentidos culturalmente

específicos, classificada e reclassificada em categorias culturalmente constituídas. (KOPYTOFF, 1986, p 68, tradução nossa)

O próprio ato de classificação demonstra uma postura interpretativa e valorativa dos atributos do objeto, o que implica em ações dialógicas entre o classificador e os elementos de classificação, já que as classificações são transitórias e fluídas (AZEVEDO NETTO; DUARTE; OLIVEIRA, 2009). Essa fluidez depende tanto das ações e momentos do sujeito da classificação, como da situação e ação espaço-temporal dos artefatos que se pretende classificar, fugindo da linearidade de diálogos com os objetos de forma textual, em uma proposta mais simétrica (OLSEN, 2003). Esta postura pós-disciplinar demonstra uma clara alusão aos novos contornos paradigmáticos dos estudos de cultura material conforme proposto por Fahlander e Oestigaard (2004).

Da necessidade de singularização de determinados objetos (cf. RADLEY, 1990) surgiriam agentes e espaços institucionalizados. Steve Cohn (apud STARN, 2005, p. 80) identifica uma “epistemologia baseada no objeto” que conheceu seu apogeu no século dezenove e teve seu ambiente institucionalizado no museu, onde floresceria a (falsa) idéia de que os objetos falam por si mesmos. Essa questão será tratada, à guisa de (in)conclusão, no tópico a seguir.

6 OBJETOS: MUDOS OU FALANTES?

A idéia de um objeto capaz de falar por si tem seu contraponto hoje na afirmativa contrária, quase um dogma, repetido nos museus como um mantra: objetos não falam! Steve Conn (apud WENDELL, 2011, p. 38, tradução nossa) observa que, no século 19, curadores de museu acreditavam que os objetos falavam por si mesmos. Se fossem cuidadosamente arranjados e expostos, portanto, eles “serviriam como metonímias para largos corpos de conhecimento e, portanto, revelariam conhecimento sobre o mundo”.

A afirmativa de que objetos falam não é, entretanto, necessariamente falsa. Se dizer que as coisas falam por si pode servir para ocultar a interferência do sujeito nessa “fala”, omitir sua autoria, eximi-lo da culpa ou da responsabilidade pelo que é dito, repetir irrefletidamente que “objetos não falam!” equivale a afirmar que eles são mudos, inertes, passivos. Mais do que optar por se filiar a um ou outro lado do debate, é necessário refletir sobre o que significa “falar”.

Na obra “Mitologias”, Roland Barthes (2001, p. 131-133) afirma que “o mito é uma fala”, ou seja, um “sistema de comunicação” ou uma mensagem, acrescentando que “tudo pode constituir um mito, desde que seja suscetível de ser julgado por um discurso”. Não

sendo dotado de limites substanciais, tudo pode ser mito: “cada objeto do mundo pode passar de uma existência fechada, muda, a um estado oral, aberto à apropriação da sociedade, pois nenhuma lei, natural ou não, pode impedir-nos de falar das coisas”. Os termos “fala”, “linguagem” e “discurso” são equiparados pelo autor, que as define como “toda a unidade ou toda a síntese significativa, quer seja verbal ou visual: uma fotografia será, por nós, considerada fala exatamente como um artigo de jornal; os próprios objetos poderão transformar-se em fala se significarem alguma coisa”.

Para Starn (2005, p. 80, tradução nossa), alguns estudiosos de museu e de cultura material compartilham hoje a idéia de que é preciso “desmaterializar objetos como meros indicadores semióticos e rematerializá-los em contextos sociais, políticos e econômicos, ou ambos”. A crença de que objetos falam por si é substituída pela idéia de que falamos por eles: “Eles são ‘calados’, esperam por seus ventríloquos; ou, em um oxímoro intencional, são “objetos discursivos” ou “objetos retóricos”, ou seja, sujeitos a mudanças de campos semânticos.

Se há equívoco em afirmar que os objetos falam (ou que os profissionais que lidam com eles os traduzem ou os fazem falar), o mesmo pode ser dito em relação aos documentos textuais:

O historiador não faz o documento falar: é o historiador quem fala e a explicitação de seus critérios e procedimentos é fundamental para definir o alcance de sua fala. Toda operação com documentos, portanto, é de natureza retórica. Não há por que o documento material deva escapar destas trilhas, que caracterizam qualquer pesquisa histórica. (MENESES, 1998, p. 95)

Starn observa um “deslocamento ou mesmo dissolução de objetos em discurso”, que ilustra com as idéias do teórico e crítico de estudos visuais Mieke Bal (apud STARN, 2005, p. 80), para quem os museus seriam discursos e suas exposições seriam expressões desse discurso. Nota, entretanto, sinais de um “retorno” ou uma “vingança do objeto”, o que se manifestaria por um fascínio pelos materiais de memória, pelas coisas materiais que as pessoas produzem e usam ao longo do tempo, e pela memória coletiva. Contrariamente à idéia de que “objetos são os registros passivos de significados simbólicos ou valores de troca”, alguns antropólogos sublinhariam sua “especificidade material como coisas com passados inalienáveis”. (STARN, 2005, p. 80-84, tradução nossa)

Harris (apud RADLEY, 1990, p. 48) nota que alguns objetos são feitos intencionalmente para nos fazer lembrar. Eles podem ser relativamente permanentes, como as

lápides, ou transitórios, como uma bandeira fincada por um alpinista no topo de uma montanha. Hall (1990, p. viii, 1) afirma que o espaço e o tempo falam. Para o autor, o espaço “não apenas comunica no sentido mais básico, mas também organiza virtualmente tudo na vida”. O tempo, por sua vez, falaria “mais claramente que as palavras. A mensagem que ele transmite é alta e clara. Por ser manipulado menos conscientemente, ele é sujeito a menos distorção que a linguagem falada, e pode gritar a verdade onde as palavras mentem”.

Tal como os livros, os objetos são capazes de sobreviver a seus criadores. São, para Meneses (1998, p. 90), “processos cognitivos encarnados [...] marcados por uma inserção física no universo material” cuja natureza física e concreta traz “marcas específicas à memória”. Stalybrass ressalta também essa durabilidade das coisas materiais em relação às pessoas, sublinhando que as roupas recebem a marca humana:

Os corpos vêm e vão: as roupas que receberam esses corpos sobrevivem. Elas circulam através de lojas de roupas usadas, de brechós e de bazares de caridade. Ou são passados de pai para filho, de irmã para irmã, de irmão para irmão, de amante para amante, de amigo para amigo. (STALYBRASS, 2008, p. 10-11)

Em um mundo crescentemente individualista, os objetos materiais são também “veículos de qualificação social”. Apesar desse papel, Meneses (1998, p. 91-92) sublinha que “essas funções novas não alteram uma qualidade fundamental do artefato: ele não mente. À integridade física do artefato corresponde sua verdade objetiva. Os discursos sobre o artefato é que podem ser falsos”.

Optamos por deixar este texto aberto, inconcluso. Para finalizá-lo, recorreremos a uma reflexão de Machado de Assis (1994, p. 103) extraída do livro “Quincas Borba”⁶:

Quem conhece o solo e o subsolo da vida sabe muito bem que um trecho de muro, um banco, um tapete, um guarda-chuva, são ricos de ideias ou de sentimentos, quando nós também o somos, e que as reflexões de parceria entre os homens e as coisas compõem um dos mais interessantes fenômenos da terra.

6 A obra “Quincas Borba” foi publicada originalmente em folhetins, de 1886 a 1891, na revista *A Estação*, e publicada na íntegra pela Editora Garnier (Rio de Janeiro), em 1891, com algumas modificações. O livro, cujo texto-fonte é a edição de 1994 da Editora Nova Aguilar, está disponível no Portal Domínio Público: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/bn000106.pdf>

REFERÊNCIAS

- ADAMS, William Y.; ADAMS, Ernest W. **Archaeological typology and practical reality: A dialectical approach of artifacts classification and shorting**. Cambridge, Cambridge University Press, digitally version, 2008.
- APPADURAI, Arjun. Introduction: commodities and the politics of value. In: Appadurai, Arjun (org). **The social life of things: commodities in cultural perspectives**. Cambridge: Cambridge University Press, 1986. p. 3-63.
- APPADURAI, Arjun. The Thing itself. **Public Culture**, v. 18, n.1, 2006, p. 15-21.
- ASSIS, Machado de. Obras Quincas Borba. **Obras Completas**. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1994. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/bn000106.pdf>
- AZEVEDO NETTO, Carlos Xavier de. Memória, Identidade e Cultura Material: a visão arqueológica. **Revista Vivência**, n. 28, 2005, p 265 – 276.
- AZEVEDO NETTO, C. X.; DUARTE, P; OLIVEIRA, A. M. P. A. presença da Tradição Nordeste na região do Cariri Ocidental: Questões classificatórias. **FUMDHAMentos**, v. IX, 2010, p. 43-65.
- BARTHES, Roland. **Mitologias**. 11. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.
- BAUDRILLARD, Jean. **Senhas**. Rio de Janeiro: Difel, 2001.
- BAUDRILLARD, Jean. **O Sistema dos Objetos**. São Paulo: Perspectiva, 2006.
- DEETZ, James. **In small things forgotten**. An Archaeology of Early American Life. New York: Anchor Books, 1996.
- DENIS, Rafael Cardoso. Design, cultura material e o fetichismo dos objetos. **Arcos**, v. 1, p. 14-39, 1998.
- DUNNELL, Robert C. **Classificação em Arqueologia**. São Paulo: EDUSP, 2007.
- FAHLANDER, Fredrik; OESTIGAARD, Terje. Material Culture and Post-disciplinary Sciences. In: FAHLANDER, Fredrik; OESTIGAARD, Terje (org.). **Material Culture and Other Things: Post-disciplinary Studies in the 21st Century**. Gothenburg: Elanders GotabVällingby, 2004. p. 1-19.
- FUNARI, Pedro P. A. **Arqueologia**. São Paulo: Contexto, 2003.
- GEERTZ, Clifford. **A Interpretação das Culturas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
- GONÇALVES, José Reginaldo Santos. Ressonância, Materialidade e Subjetividade: as culturas como patrimônios. **Horizontes Antropológicos**, v. 11, n. 23, p. 15-36, 2005.
- HALL, Edward T. **The Silent Language**. New York: Anchor Books, 1990.
- HODDER, Ian. **Interpretación en Arqueología**. 2. ed. Barcelona: Editorial Crítica. 1994.

KIRSHENBLATT-GIMBLETT, Bárbara. Intangible Heritage as Metacultural Production. **Museum International**, v. 56, n. 1-2, p. 2004, p. 52-65.

KOPYTOFF, Igor. The cultural biography of things: commoditization as process. In: APPADURAI, Arjun (org). **The social life of things: commodities in cultural perspectives**. Cambridge: Cambridge University Press, 1986. p. 64-91.

LATOUR, Bruno. Les Vues de L'Esprit. Une Introduction à L'Anthropologie des Sciences et des Techniques. **Culture Technique**, n. 14, p. 5-29, 1985.

LEROI-GOURHAN, Andre. **O Gesto e a Palavra: Técnica e Linguagem**. v. 1. Lisboa: Edições 70, 1983.

LEROI-GOURHAN, Andre. **O Gesto e a Palavra: Memórias e Ritmos**. v. 2. Lisboa: Edições 70. 1985.

MARX, Karl. **O Capital**. Coleção Os Economistas. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1996.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. Memória e Cultura Material: Documentos Pessoais no Espaço Público. **Estudos Históricos**, v. 21, p. 89-103, 1998.

MILLER, Daniel. Why some things matter. In: MILLER, Daniel (ed.). **Material Cultures: why some things matter**. London: UCL, 1998. p. 3-21.

MOLES, Abraham. Objeto e Comunicação. In: MOLES et al. **Semiologia dos Objetos**. Petrópolis: Vozes, 1972. p. 9-41.

OLSEN, Bjørn. Material Culture after Text: Re-membering Things. **Norwegian Archaeological Review**, v. 36, n. 2, 2003, p. 87-104.

PEARCE, Susan M. Thinking about things. In: PEARCE, S. (ed.). **Interpreting objects and collections**. London: Routledge, 1994. p. 125-132.

PEIRCE, Charles S. **Semiótica**. São Paulo: Perspectiva, 1977.

RADLEY, Alan. Artefacts, Memory and a Sense of the Past. In: MIDDLETON, David, EDWARDS, Derek (org.). **Collective Remembering**. London: Sage Publications, 1990. p. 46-59.

ROTH, Klaus. Material Culture and intercultural communication. **International Journal of Intercultural Relations**, v. 25, p. 563-580, 2001.

SCHLERETH, Thomas. Material Culture Studies in America, 1876-1976. In: SCHLERETH, T. (org.). **Material Culture Studies in America**, Walnut Creek: Altamira Press, 1999. p. 1-78.

STALLYBRASS, Peter. **O casaco de Marx: Roupas, Memória, Dor**. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

STARN, Randolph. A Historian's Brief Guide to New Museum Studies. **The American History Review**, v. 10, n. 1, 2005, p. 68-89.

WEBMOOR, Timothy. 2005. **Symmetrical archaeology, pragmatism and archaeological hope**, in *Symmetrical Archaeology*, Stanford, Stanford University, disponível em <http://humanitieslab.stanford.edu/23/821>, acessado em 2009.

WENDEL, Paul J. Object-Based Epistemology at a Creationist Museum. *Sci & Edu*, v. 20, p. 37-50, 2011.

WOODWARD, Ian. **Understanding Material Culture**. London: Sage Publications, 2007.